

# BRASIL S/A

por Antônio Machado

cidadebiz.df@diariosassociados.com.br

**N**o início de 2002, ainda sem convencer que a sua quarta tentativa de chegar à Presidência da

República seria vitoriosa, Lula afirmou em campanha no Recife que em seu governo os dirigentes de empresas estatais seriam escolhidos pelos funcionários em eleição direta.

A promessa nunca mais foi ouvida. Cansado de morrer na praia, o PT o despiu da imagem de sindicalista birrento e o vestiu de “Lulinha paz e amor”. E o fez de papel passado pela “Carta aos Brasileiros” – o documento em que Lula assegurava honrar os contratos, rompendo com a velha tese petista da ruptura das relações econômicas.

A partir daí, não teve para mais ninguém, e assim vem até hoje o que se configurou como um pacto entre Lula, o PT e os setores da sociedade detentores dos votos que fizeram a diferença em todas as suas tentativas anteriores. Reafirmado na reeleição, o arranjo lhe deu uma Presidência tranqüila até aqui e a aura de unanimidade — o capital político com o qual poderá eleger o seu sucessor.

É tal simbologia que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, talvez inadvertidamente, ameaça rachar ao admitir tratar com a secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira, uma proposta incendiária: a eleição pelos próprios funcionários dos delegados do Fisco, hoje nomeados pelos superintendentes regionais. A Receita tem cerca de 100 delegacias regionais e dez superintendências.

A troca do quê?

Os seus quadros já são administrados como carreira de Estado, com amplas prerrogativas de independência funcional, salários dos mais altos no país — indo de R\$ 3 mil para funções administrativas a R\$ 19 mil para os auditores fiscais — e poder de polícia. Além desses atributos, a corporação se defende com um sindicato forte e ativo.

Veio do ativismo sindical da Receita a indicação da auditora Lina Maria, patrocinada pelo secretário-executivo da Fazenda e homem de confiança de Mantega, Nelson Machado, com a missão de desmontar os supostos feudos mantidos pelo titular anterior, Jorge Rachid.

Da troca de cadeiras ao que seria uma inevitável politização de uma área basicamente técnica, vital para as finanças do governo e extremamente sensível — dado o sigilo das informações fiscais dos contribuintes —, porém, vai uma enorme distância.

O governo poderia ficar sitiado, refém de interesses corporativos mais do que já admitiu tornar-se, ameaçando, além disso, a própria Credibilidade de uma das categorias funcionais do Estado admiradas pelo alto profissionalismo, espírito público e isenção. Com a sua proposta, Lina, neste contexto, parece um agente desestabilizador.

## **Rainha da Inglaterra**

Dê-se o que ela sugere e estará aceso o rastilho que porá fogo em todas as estruturas do Estado, das agências do INSS e do Banco do Brasil a firmas estatais já com grande autonomia como a Petrobras.

Por que só a Receita seria autorizada a praticar o assembleísmo? É óbvio que tudo o mais acabaria envolvido, fazendo de ministros, de presidentes de estatais, de qualquer chefia, do próprio presidente da República rainhas da Inglaterra. Os eleitos pelo voto do povo teriam menos autoridade que os eleitores de seus subordinados. Por tudo isso, e mais conseqüências desestabilizadoras poderiam aqui ser arroladas, espanta que Mantega tenha admitido tal conversa.

## **Aparelho mecânico**

O subsecretário de gestão de Pessoas da Receita Federal, Odilon Neves Júnior, levado pela secretária à sessão de convencimento de Mantega, parece idealizar a carreira como um aparelho mecânico blindado contra escolhas políticas e pessoais — isso, como disse a Arnaldo Galvão, do Valor, graças a seis critérios de avaliação, de capacidade gerencial à dedicação/espírito público. Supunhase que a Receita já aplicasse tais conceitos oriundos do setor privado.

## **Deixe Mantega em paz**

Qual é a novidade? Os servidores votariam em três nomes em cada carreira da Receita. A votação indicaria três a cinco nomes que seriam então apreciados como numa banca acadêmica pela secretária, um superintendente e alguém da Escola de Administração Fazendária.

Ora. Pode-se ter tudo isso sem eleição. É prerrogativa do titular da Receita participar das nomeações e acompanhar a trajetória dos funcionários, o que já revela quem tem potencial.

Nem sempre é o mais simpático, vencedor de todas as prévias. Em vez de inventar a roda, o Fisco deveria ater-se a cobrar imposto com eficiência, que está bom demais. E deixar o ministro em paz para cuidar da crise.

### **Chinaglia sem receio**

Ao deixar de sancionar a emenda constitucional aprovada no Senado à socapa, reabrindo 7.343 vagas de vereadores, com posse imediata dos suplentes em 1º de janeiro, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) fechou em grande estilo seu mandato de presidente da Câmara, que expira em fevereiro. Ele sustou um golpe legislativo, conforme a velha crítica petista à hipertrofia da representação parlamentar em todos os níveis e à distorção da proporcionalidade na Câmara.

Foi coisa armada na ditadura para beneficiar os estados menos populosos em detrimento do Sul-Sudeste, onde a oposição era mais forte. O deputado José Genoíno (PT-SP) tem um projeto anterior a 2002 que corrige tais aberrações. É a oportunidade para retomá-lo.